

**INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
(ICMbio)**

Relatório

**II REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA RESERVA
EXTRATIVISTA DO LAGO CAPANÃ GRANDE**

MANICORÉ, AMAZONAS
2020

A reunião Ordinária do Conselho Gestor da RESEX Capanã Grande ocorreu nos dias 03, 04 e 05 de novembro de 2019. Obedeceu ao Ofício Circular SEI nº 9/2019-RESEX Lago do Capanã Grande/ICMBio de 26 de novembro de 2019 (anexo I). Por meio do ofício, foram convidados todos os conselheiros titulares e suplentes das comunidades e aldeias citadas no documento para participação da II Reunião do Conselho Deliberativo da Resex Lago do Capanã Grande, ocorrido no anfiteatro da sede do CRAS "Padre Lorenzoni" e nas dependências da Universidade Estadual do Amazonas – UEA na cidade de Manicoré-AM entre os dias 03, 04 e 05 de dezembro de 2019.

A reunião do conselho teve como pauta:

- Revisão do Plano de Manejo da Resex Lago do Capanã Grande
- Avaliação da gestão no ano de 2019
- Plano de ações para 2020
- Acordo de Gestão dos Recursos Naturais
- Revisão do Plano de Manejo da Resex Lago do Capanã Grande

No dia 03 a reunião ocorreu no auditório do CRAS

A reunião teve início às 9:00 horas no auditório do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Manicoré. Estavam presentes os conselheiros, lista de presença em (anexo I).

O gestor da UC deu boas vindas a todos os presentes, apresentou a pauta da reunião para os dias de encontro. Em seguida o gestor apresentou o estagiário de pesca da UEA, Igor, que falou sobre suas expectativas sobre plano de manejo do pirarucu e importância deste para os moradores da UC, os demais presentes deram as boas-vindas e fizeram suas apresentações individuais.

O senhor Getúlio falou a respeito da reforma do prédio do Conselho Nacional do Seringueiro no município, falou das dificuldades e importância desta organização no município. Além disso, deu ênfase na fiscalização, sugerindo que a mesma deve ser intensificada e contar com a parceria dos comunitários.

O senhor Manoel Oliveira, conselheiro e presidente da Associação de Moradores Agroextrativistas do Lago do pediu mais Capanã Grande– AMALCG, empenho dos

comunitários que compõem o conselho gestor da RESEX Capanã Grande. Abordou sobre os acordos relacionados aos usos dos castanhais pelas famílias.

O cacique Adamor da Aldeia Palmeira – se pronunciou sobre os acordos votados para mitigar problemas com drogas, bebidas, entre outros excessos, causadores de divisão e conflitos no lago. Como exemplo, falou sobre roubos de castanha e outros produtos do extrativismo que são vendidos para adquirir drogas e álcool.

Senhor Jasiel – apontou para o monitoramento dos animais, peixe, caça e dos quelônios. Segundo uma das suas falas: “fracassamos em número de pessoas que queriam participar no processo de implementação” deste programa na UC. Falou sobre a necessidade do monitoramento na Unidade e que possa vir a ser implantado no ano seguinte. Dentre outros assuntos, o comunitário falou sobre a fiscalização mais vigorosa por parte do ICMBIO para que haja conservação. E que nesse processo todos os comunitários deverão ser tratados iguais para perante a Lei.

O sr. Manoel – lembrou da possibilidade de conseguir novo abaixo assinado junto Ministério Público Federal e apoio por meio do DR. Fernando Merloto Soave responsável.

O cacique Adamor, citou o Art. 58 do Estatuto do Índio que proíbe o uso de bebida alcoólica em povos e aldeias tribais;

Sr. Jasiel, contribuiu falando dos problemas com bebida alcoólica, já que bebida é comercializada livremente. Sobre a comercialização, falou que o comércio de bebida alcoólica depende da demanda pelos moradores. Se o regulamento (acordos) da unidade ou comunidade tem o direito de tirar a pessoas que não obedecem ao regulamento.

Segundo a Professora Alzira, os jovens pegam a castanha o peixe e vendem para adquirir drogas. “Eles saem e voltam com castanha e os pais acham que são dos castanhais da família. Mas os jovens vão coletam e vedem, mas não dão manutenção no castanhal”.

Cacique Raimundo da Aldeia São José, ressalta que o consumo de álcool ocorre na aldeia, mas o artigo já está em Lei. E chama a tenção para o cuidado com a fiscalização rigorosa. “Temos que ter cuidado, pois pode ser o próprio parente” que pode ser expulso. Outra colocação que tomamos cuidado, é retirar alguém de sua comunidade que sempre viveu lá. Em seguida explanou sobre o presidente Jair Bolsonaro sobre o seu discurso sobre o desenvolvimento e ameaça para a Amazônia.

Problemas que ocorrem dentro da nossa família com os netos e filhos, pegam a castanha e vedem. Teve que ser resolvido dentro da família, isso é uma questão de sentimento. É constrangedor, é dolorido para a gente que é parente. Ao discutir essas situações tem que ser bem pensado. Pois ao invés de criar soluções, vamos criar mais problemas. (Cacique Aldeia São José)

O mesmo solicitou a distribuição de cópias da Ata referente a última reunião do conselho gestor que ele participou e destacou a falta da página de número 12. Em seguida o gerente da UC, Victor fez a apresentação da Ata e explanou sobre a importância do papel do conselho deliberativo na Reserva Extrativista Lago do Capanã Grande e sua participação na elaboração, revisão e execução do Plano de Manejo. Em seguida foi apresentado o regimento interno do conselho deliberativo da RESEX Capanã Grande, pontuando cada competência dos conselheiros.

O Cacique Raimundo, questionou sobre a participação dos indígenas dentro do conselho gestor. Em resposta, o gestor Victor citou o Art. 2 e 3 que fala sobre o regimento que contempla indígenas no conselho gestor da UC.

O representante da Aldeia Bom Que Dói sugeriu que o apoio com combustível para a aldeia chegue com antecedência pelos mobilizador até sua aldeia, devido à distância.

O cacique Adamor, argumenta sobre a importância do representante da Aldeia, conselheiro titular ou suplente que não podem enviar representantes que não sejam conselheiros para substituí-los nas reuniões.

Intervalo de almoço 12;30 as 14:00 – sala 06 da Universidade do Amazonas (UEA)

A tarde a reunião foi transferida para a Universidade do Estado do Amazonas – UEA tendo início às 14:00horas.

Além dos conselheiros estiveram presentes as instituições Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas-IDAM e da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB.

Manoel – Garimpo é uma atividade ilegal, a grama do ouro está valendo 170,00. Os garimpeiros perdem sua saúde no garimpo, os peixes ficam contaminados pelo mercúrio e as pessoas que consomem o peixe também podem ser contaminadas, além de poluir a águas do rio. Nesse sentido, é necessário encontrar outras alternativas que não

seja o garimpo, caso contrário o extrativista só sairá do garimpo quando o ouro acabar. Outro ponto que precisamos tratar é a necessidade de pessoas para ajudar na elaboração das propostas projetos, assistência técnica ou assessoria técnica.

Os seringais estão lá, mas é preciso limpar as estradas dos seringais que existem no Capanã para iniciar a extração.

Sr. Getúlio, falou sobre os seringais cultivados ao longo do rio Atininga e que é preciso melhorar a participação de mais extrativistas na exploração.

Segundo o coordenado do IDAM, Rigoney o órgão não possui técnicos específicos para atuarem nas áreas. Temos a Mariza que atua mais efetivamente no Capanã Grande. Esse ano solicitamos 05 profissionais para o IDAM local. Precisamos adotar o sistema de mutirão dos documentos nas comunidades, com a execução de 6 a 7 mutirões desde abril de 2019. Vale ressaltar, que temos muita demanda de carteira de produtor rural, sendo que esta não é melhor opção para aposentadoria. Atualmente a carteira só precisa de coordenadas geográficas da propriedade da família. A carteira auxilia com a identificação de produtor rural, na retirada de nota fiscal para a comercialização dos seus produtos. Para provar para o INSS, você precisa comprovar 12 meses de residência no lugar. Então a DAP comprova e precisa ser atualizada.

O governo do estado lançou o projeto prioritários, entre os quais está a borracha. O IDAM ficará responsável de lidar com os seringueiros do Capanã Grande. O projeto de açaí ficou sob responsabilidade da engenheira agrônoma Mariza, o projeto de banana ficou sob responsabilidade do Júlio e o projeto de pesca com o técnico Jackson.

Victor falou sobre a capacitação que o ICMBIO enviou o senhor Manoel para um encontro da borracha com empresários.

O cacique Raimundo, morador da aldeia Igarapé Grande, apontou que o IDAM possui um entrave na dispensa de documentos junto ao Banco do Brasil, sendo necessário identificar as áreas de produção na propriedade, georreferenciar para desta forma obter os documentos de licença junto ao IDAM.

O IDAM possui 18 (dezoito) processos desde de maio tramitando, no entanto, a burocracia dificulta.

Foi abordado sobre as comunidades que tem se destacado na produção de hortaliças como a comunidade Ilha das Onças que tem 12 tratores para escoar a produção

de melancia. Dentre estes agricultores, estão jovens de até 29 de idade que podem comercializam sua produção junto por meio de fomento do o governo federal, sendo necessário apresentar junto ao IDAM comprovantes de que realiza seus trabalhos na agricultura em áreas distintas de seu pai. Dentre os documentos necessário exigidos pelo governo, estão a licença ou dispensa de licença.

O cacique Adamor questionou sobre a compra da produção local e acesso do produtor a editais que comprem a produção da agricultura familiar para a merenda escolar na própria aldeia, dentre estes citou o projeto de plantação de castanha.

Segundo o gerente do IDAM, Rigoney, O MAPA – uma chamada no PNAI especifica para áreas de indígenas. é preciso atender a comunidade lá. É preciso a carteira de produtor para acessar.

A Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, determina que no mínimo 30% do valor repassado a estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) deve ser utilizado na compra de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas. A aquisição dos produtos da Agricultura Familiar poderá ser realizada por meio da Chamada Pública, dispensando-se, nesse caso, o procedimento licitatório¹.

O município de Manicoré já possui uma experiência de acesso ao edital do PANAE, executada pela nutricionista que possui cadastro no conselho regional, a mesma realizou uma chamada no mês de dezembro de 2019 no valor de 300.000 (Trezentos mil reais) para a compras de produtos como a castanha, açaí e beju. O acesso a este edital tem com umas das exigências que o produtor esteja com sua Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e Carteiro da Produtor, o limite da DAP é de 20.0000 (Vinte mil reais) por produtor.

O senhor Malvino, coordenador do IDAM no estado do Amazonas, a Fazenda Aruanã está doando 20.000 (vinte mil) mudas para a comunidades rurais no estado. Foram solicitadas para o Lago do Capanã Grande 900 (novecentas) mudas e entrega nos meses de dezembro e janeiros de 2019. As comunidades devem mapear as covas onde serão plantadas as mudas doadas. A caixa contendo 100 (cem) mudas de castanheiras custam

¹ Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-eixos-de-atuacao/pnae-agricultura-familiar> . Pagina com o link de acesso ao manual de aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar.

R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) e o frete é pago pelo produtor. Borracha – reativara associação do Capanã, penso em retornar para o Capanã porque a aquela área representa 50% da borracha no município de Manicoré. Outra explicação dada pelo Gerente foi a respeito da CONAB, a qual é responsável pela subvenção Federal.

Em seguida o presidente da Associação de Moradores Agroextrativistas do Lago do Capanã Grande (AMALCG), senhor Manoel Rêgo e o gerente da UC Victor, falaram sobre a CONAB (PGPM/BIO) e políticas públicas que a CONAB executa e sua missão da CONAB em promover renda ao produtor rural.

Sr. Manoel deu ênfase sobre a subvenção econômica ao produtor que comprovar, como exemplo, citou que os valores de comercialização da borracha que variam com os valores somados de R\$5.57² kg da borracha + R\$2,30 (preço da subvenção abaixo da tabela do governo) ou R\$2,48 (preço pago no município) , sendo necessário comprovar por meio de nota fiscal a venda do produto abaixo da tabela. Segundo o presidente da Associação o acesso a outros produtos também é possível, sendo disponibilizado até 12.000,00 (doze mil reais).

O gerente o IDAM ressaltou sobre a emissão da portaria pela Conab que estabelece o preço, aporte financeiro e liberação. No entanto, é necessário que a DAP e RG do produtor estejam em dia. Salientou que é necessário que as associações organizem os documentos dos extrativistas associados. Devido à falta de organização, no Amazonas mais de 200 DAP foram suspensas, destacou o gerente.

Quanto a diferença entre a PGPM-BIO e o PA, explicou que essas podem ser feitas individualmente, com ajuda do contador ou de outra forma, desde que ele compreenda. É necessário que o presidente da associação tenha o controle dos documentos dos beneficiários para que futuramente ele comprove que repassava benefícios de subvenção.

Quanto ao gênero feminino o gerente informou sobre PAA-CDS (mulheres e produtores orgânicos).

Conselheiro Jasiel – a subvenção vem por meio da associação cada seringueiro que possui a DAP. Quero saber se há possibilidade de o seringueiro receber a subvenção diretamente em sua conta individual.

O gerente do IDAM informa os conselheiros sobre o manual de operações que se encontra no site da **CONAB – manual de operações – item 35 anexos** (o extrativista preenche os formulários e deve enviar para a Conab).

² Preço pago pelo governo do estado do Amazonas

Sr. Manoel – ressalta a importância da CONAB está presente na reunião para sanar as dúvidas junto ao representante do ICMBIO e do Conselho Gestor da Unidade de conservação. Relembra o último ano negociado com a indústria local do sr. Alarico Cidade, na ocasião o preço da borracha foi ofertado no valor de R\$2,30, o governo estipulou o preço de R\$5,70, ou seja, se o seringueiro pagasse abaixo de R\$ 5,70, o seringueiro estaria trabalhando em vão. Nesse sentido, a subvenção é a diferença que o governo deve pagar.

Segundo o sr. Manoel - estas são as propostas para a borracha nas esferas governamentais:

- 1,00 a 1,50 governo do estado
- 0,30 a 0,70 governo do município
- 3,00 governo federal (subvenção)
- ? usina.

Se juntar todas essas propostas, a borracha terá seu preço valorizado e voltará a ser produzida pelos extrativistas.

O representante da CONAB citou o leilão eletrônico promovido pela instituição e a inserção do pirarucu na PGPM – BIO, além de outros produtos que podem ser inseridos no leilão. Segundo ele, as taxas serão pagas por produtos arrematados conforme descrito alguns produtos abaixo:

- Açaí (R\$1,63)
- Castanha (R\$0,89) COOVEMA
- Pescado
- Óleo (muru muru)

O Sr. Getúlio, representante do rio Atininga, já foi presidente da Coovema e cita que em seu mandato conseguiu muitas doações de projetos em parceria nos valores de R\$53.000 e R\$101.000, atualmente a associação do rio Atininga possui um barco que vai trocar que está prestes a trocar seu motor. Também temos 04 casquetas e 01 motor que conseguimos junto ao governador; 01 casa de farinha mecanizada. Atualmente estamos aguardando a propostas de projeto da copaíba. Para isso foi necessário provarmos que temos árvores de copaíba, realizamos o levantamento e emplacamento das arvores de copaíba. Esse levantamento foi realizado em parceria com o Idam de Manaus e Embrapa, sendo o responsável o técnico Luiz no ano de 2017. No total somos 26 tiradores

(extrativistas) de copaíba. Fizemos o trabalho, agora só depois de 3 anos que as árvores vão produzir óleo, são 1000 árvores produzindo o óleo da copaíba. O óleo é a vida da copaíba, por isso não pode tirar tudo, e o manejo tem que ser correto.

Os compradores da nossa copaíba são dois: 01 de São Paulo e 01 de Belém (Beraka), o preço pago pelas empresas é de R\$45,00 kg, nossa associação paga o imposto porque é para outro estado. No ano de 2019 foram 1500kg de copaíba extraídos, já em anos anteriores, chegamos a produzir (chegamos a tirar) até 6000 kg de copaíba.

Os comunitários sugeriram que o senhor Getúlio realizasse a partir de sua experiência um intercâmbio na RESEX do Lago do Capanã Grande para explicar como se faz as boas práticas da copaíba na mata para os moradores da UC.

O senhor Getúlio falou que é possível de realizar a atividade, uma vez que são 26 pessoas capacitados e certificados pela BERAKA (PA), assim como o produto de copaíba da associação do rio Atininga. Então foi questionado a melhor época melhor época do ano para ir ao Capanã.

Segundo o sr. Getúlio, o trabalho é realizado em dupla, porque além de copaíba os extrativistas também trabalham na roça, nesse sentido, o ideal, diz o sr, Getúlio, é fazer seu trilho e trabalhar de 2 em 2 (duplas). Um acampamento é estabelecido na mata para fazer durante todo o trabalho de extração, sendo necessários materiais como lona e gasolina para montar o barraco. Quando o extrativista já conhece o pau de copaíba que tem o óleo, é um minuto para furar a árvore com o equipamento.

No Lago do Capanã tem muitas copaibeiras, depende da mata onde ela se encontra. A melhor copaibeira é o anjelim taboca, essa qualidade produz muito óleo, já encontramos árvores produzindo até 40 litros de óleo de copaíba. A copaíba marimari chega a produzir até 30 litros de óleo.

No lago do Capanã Grande temos os produtos: copaíba, banana, açaí, farinha e castanha.

A questão fundiária é bem definida no Lago onde tem uma Terra indígena que foi homologada em 2001; um Assentamento Agroextrativista PAE Matupiri em 2001 e a RESEX do Lago do Capanã Grande criada em 2004.

Os 26 extrativistas a partir da extração e comercialização do óleo de copaíba melhoraram a renda da família e já possuem seu próprio motor de popa, disse sr. Getúlio.

Tabela 1. Diferença entre atividades extrativista do ouro e do óleo de copaíba.

Coleta de copaíba				Extração do ouro			
Produto	quantidade	Número de extratores	Valor	Produto	quantidade	Número de extratores	Valor
copaíba	500 kg/semana	20	45,00	ouro	100-120 gramas/semana	01 ou 02	45,00
OBS: Os coletores de copaíba caçam na mata e por isso as despesas são mínimas durante o processo de extração.				Despesas com alimento e combustível Problemas sociais e ambientais Dependência desta atividade durante os meses de exploração			

Se você achar um ponto da copaibeira você ganha dinheiro, é igual castanha e açaí.

Manoel – temos grande potencial no Capanã. Há dois meses a associação recebeu um e-mail da BERAKA – patuá, copaíba, andiroba, ucuuba, andiroba, buriti, patauá, virola (fruta). Faltam pessoas para trabalhar e fazer o levantamento. O extrator vai coletar castanha, mas já tira a copaíba e outros produtos.

Ouro- castanha- açaí (não supre a necessidade das comunidades. Temos que ter pelo menos 5 atividades.

Reserva do Uacari é a Reserva do Brasil que trabalha para se auto sustentar. Ela trabalha para a natura com 5 produtos da sociobiodiversidade.

O problema das comunidades é que a terra não é dos comunitários no Atininga. Isso dificulta o acesso a recursos com empresas como a natura.

A castanha no Capanã é comercializada junto aos atravessadores. A DAP dos moradores do Capanã pode ser retirada pelo ICMBIO dos indígenas e dos assentados.

Avaliação da gestão do ICMBio na RESEX Capanã Grande

Projeto açaí – ótima iniciativa visando a mitigação dos acidentes pelos extrativistas na pratica da coleta do açaí. Parceria com atores do estado de Rondônia. Ajuda e apoio da liderança sr. Manoel na mobilização das comunidades para oficina local em setembro. Apoio do ICMBIO junto ao projeto de Desenvolvimento Territorial FGVCES e oficina na comunidade de Fátima.

Avaliação pelo conselho sobre a abordagem utilizada pela equipe da FGVCES durante a 1ª Oficina de ADT

Clissiomar – falou sobre a importância da Br319, as oportunidades e benefícios, bem como, os desafios e possíveis impactos que podem surgir a partir da repavimentação

da rodovia. Flexibilidade e entendimento das comunidades e populações locais sobre o empreendimento.

Sr. Manoel falou sobre asfaltamento da BR319 e o impacto deste empreendimento sobre as cabeceiras do rio que está desprotegida a aproximadamente 8km de distância da rodovia. Além disso, fica apreensivo com possíveis invasões de fazendeiros caso a estrada seja asfaltada até 2021. Falou sobre a necessidade de todos buscarem ou terem o conhecimento sobre a Br319 e processo de licenciamento, assim como o esclarecimento sobre o projeto de Agenda de Desenvolvimento Territorial. Chamou atenção para os recursos financeiros, embora sejam bons, mas não toda a vida.

Raimundo – questionou sobre a participação das famílias nas oficinas e reuniões, e lembra que no lago do Capanã existem aproximadamente 3000 pessoas e que não participam, a participação nas reuniões depende das comunidades e de apoio das instituições.

Evaldinho – demonstrou preocupação com a nascente do Lago Capnã, segundo o mesmo encontra-se fora da Unidade de Conservação.

A pesquisadora da FGVces, Jolemia Chagas, explanou brevemente sobre a primeira oficina realizada pela equipe da FGVces na RESEX Capanã em novembro, em seguida pediu para que o conselho gestor realizasse uma avaliação sobre a abordagem da instituição no território, afim de melhorar a metodologia para as próximas oficinas. Victor, Gerente da UC RESEX Capanã Grande, foi o primeiro a avaliar os pontos positivos e negativos da abordagem usada pela equipe da FGVces que estão descritos na tabela abaixo.

POSITIVO	NEGATIVO
Victor (gerente da UC)	
Respeito	Tempo foi corrido
Explicação sobre o que é desenvolvimento	Faltou explicação do objetivo da proposta, ficou vago
Interação	Vocabulário desconhecido para as comunidades tradicionais
Espaço para fala	Explicar melhor sobre o instrumento financeiro
Gostei da Carol - abordagem	Fazer de forma mais calma
Cansaço e tempo de execução do projeto	Tempo de oficina curto
As perguntas foram ótimas e oportunas para o ICMBio	
Raimundo (aldeia São Raimundo)	
Espaço muito bom para debater	Linguagem técnica
Equipe boa	Equipe responsável pela cozinha desorganizada

Apoio logístico alimentação	Apresentação do projeto muito rápida
	Distribuição do combustível
	Os moradores precisam participar mais das reuniões e oficinas
Evaldinho (Agente de Saúde)	
Esclarecimentos	Oficina rápida
Organização do lugar do encontro	Estender a reunião por mais um dia
Saber como funciona	
Jacieli e Maria aparecida (professor)	
Oficina foi boa	Palavras técnicas
Dinâmica boa	A maioria das pessoas ainda não entendem o projeto
	As comunidades precisam se envolver mais
	Falar com mais clareza
	Falha na comunicação entre comunitários e ponto focal
	Explicação do projeto mais detalhado
	Aumentar os dias de oficina
Jacaré - Aldeia Palmeira	
	Participação do povo
	Eu não soube explicar o projeto na minha comunidade
Manoel – Comunidade de Fátima	
Linguagem	
Oportunidades para quem estava presente e aprender	
Oportunidade para os professores	
Importância de estar ao lado de quem está apresentando para depois explicar na sua comunidade	

Rubermar (indígena Djahui FUNAI – Humaitá), citou a importância da logística facilitada para que as comunidades participem das reuniões, fóruns e assembleias. Assim como, entrega de convites e ofícios nas comunidades mais distantes, considerando a extensão da UC.

Como estratégia, sugeri que fosse enviado mais de um mobilizador para entregar documentos, convites e ofícios para as lideranças;

Outro ponto destacado pelo mesmo, foi sobre o processo de implantação da RDS do rio Manicoré, o qual deve envolver maior número de comunidades nas oficinas, realizando os encontros em comunidades diferentes para que todos se sintam contemplados.

Muito importante que as lideranças repassem em suas comunidades o que foi discutido nas oficinas. Assim como é importante tratar com seriedade a reunião que trata da BR319 e seu impactos nas cabeceiras do rio que estão ameaçadas. Já que os órgãos de proteção se encontram ameaçados também.

Chamou atenção para a necessidade e importância da participação nos espaços de tomada de decisão como os fóruns e consulta públicas. Esclarecendo que cada órgão estará nesses espaços defendendo os seus interesses, como o caso do DENIT em relação a repavimentação da BR319. O indígena Rubelmar fez o seguinte questionamento. Quem vai nos representar nas reuniões e quem tem o conhecimento da nossa região? chamou a atenção para que todos fiquem atentos e busquem mais informações sobre o processo de licenciamento.

Adamor – deu ênfase sobre a participação dos comunitários e a necessidade de receberem apoio logístico e participarem dos espaços de discussão.

Acordos de gestão da RESEX do Lago do Capanã Grande

Acordo de gestão 1 – Pesca do pirarucu

É proibida a pesca do pirarucu no lago do Capanã Grande durante o ano inteiro, sendo somente permitida em caso de escassez de alimento para manutenção das famílias.

Respeitar (não ocorrer a pesca) o período de reprodução dos peixes conforme o defeso.

Malhadeira pega todos os tipos de peixe, representa um perigo já que todas as espécies de peixe têm sua importância ecológica para o ambiente.

Falar diretamente com as pessoas das comunidades que realizam essa atividade, a pesca do pirarucu no lago.

Jasiel – qual a dificuldade em realizar a pesca comercial. Pode haver um plano de manejo, qual a possibilidade?

Victor – nenhuma dificuldade na verdade. Isso já foi identificado pelos gestores anteriores, mas isso demanda um esforço coletivo comunitário para a elaboração e execução. A comunidade deve demandar e sensibilizar as demais comunidades para iniciar o plano caso seja de interesse. Para que ocorra o plano é necessário cessar a pesca totalmente pelos pescadores para que haja a contagem dos pirarucus.

Jaciell – seria interessante conversar com os pescadores para ver a possibilidade de fazer um levantamento com quem quer desenvolver o projeto com manejo de pirarucu. Em

uma conversa com o procurador recebemos total apoio. Temos que buscar o apoio do ICMBIO.

Clissiomar – o Plano de Manejo do pirarucu tem uma contagem dos filhos, pais e netos e bisnetos para posteriormente iniciar o manejo. Já existem experiências que deram certo. Mas o primeiro passo é querer, segundo quem são as pessoas que irão se envolver no manejo. É necessário realizar um trabalho diretamente com os predadores, sensibilizando-os e informando-os sobre outras alternativas sustentáveis aos mesmos. Explanou sobre a existência de contratos de manejadores com a china, contrato bilionário de exportação de pirarucu. É difícil, mas é possível. Nos Palmari deu certo, aqui pode dar também. Mas temos que provocar para que inicie com a participação da maioria dos pescadores locais.

Consequência dos atos dos predadores sobre a lei que rege a pesca do pirarucu

Levar a proposta para a comunidade que pode dar certo., lembrando que há várias formas de fazer projeto, mas são direitos e deveres;

Adamor – não há lei que proíbe caçar para se alimentar. Mas as vezes a pessoas se aproveita disso para pescar e comercializar. Saindo da alimentação e indo para a proibição. Quem são as pessoas que fazem isso? As pessoas sabem disso.

Indo contra a lei que ampara os povos indígenas.

Não se punir pessoas que não fazem por causa de quem pratica a pesca predatória.

Para quem se alimenta deve ficar livre;

Maria – em reunião com Flona Tefé, Romualdo da ASPROC disse que dá apoio.

Proibir a pesca o pirarucu por 5 anos

Manoel – responsabilidade de acompanhar o manejo e outros lugares que já fazem o manejo. Conhecemos um dos manejadores de Palmari. Se tivéssemos feito o manejo quando se criou a RESEX, já teríamos avançado com a questão do manejo do pirarucu. São 10 anos para tirar o lucro do manejo, e o manejo de exportação para fora é mais complicado. Tem todo cum cuidado com o pescado e beneficiamento para comercializar para exportação. A dificuldade é conscientizar a população, mas para isso tem que falar com a comunidade;

O cara que pesca, que mata talvez não tenha entendido o que é esse plano. Por isso eu falei para que tenhamos uma conversa com os caras que pescam e daqui a 3 anos poderemos capturar. É explicar para ele que o peixe tem de atingir um determinado tamanho para abate e tudo mais. A medida é de um metro e meio;

Igor - existe a pratica de matar ao pirarucu que seu Manoel falou, essas são as referências que são realizadas aqui no estado. Aproveitamento de todas as partes dos peixes, podemos aproveitar tudo do peixe e acrescentar outros produtos para produzir ração proteica para os próprios peixes.

Se formos parar para pensar o Capanã Grande tem pirarucu até hoje, certo? O pirarucu pode estar em áreas que alagam distante do lago. Há muitos lugares distantes onde pirarucu maiores saem no período da cheia e os menores ficam lá.

Raimundo - Não temo muitos lagos isolados para a reprodução dos peixes no lago do Capanã o pescado fica vulnerável para os moradores. Seria por meio de conversas com os pescadores, conversa amigável.

Já tentei falar com uma pessoa, sobrinho da minha esposa, ele disse que não tinha como viver que se ele parasse de pescar ele não teria como manter a família dele. Tem que lembrar ele que existe uma lei proibindo a venda de caça e pirarucu. Nós sabemos que há um mercado no Capanã.

Eu não sabia fazer remo, mas aprendi e hoje eu vendo e tenho renda. Vendo uma coisa que é legal, mas você vender uma coisa ilegal não dá, você sabe que está fazendo coisa errada. Ainda vende a um preço que não paga o trabalho enquanto o pirarucu manejado o valor é muito melhor.

Clissiomar - Conversar com comunitários é bom, mas é melhor mostrar o vídeo para eles. Depois conversar com os comunitários e ver se eles se interessam. Nós podemos providenciar o material para vocês assistirem e discutirem.

Professora da palmeira - É difícil porque a pesca acontece no lago, mas cada um distribui um pedaço do pirarucu. Cada caso, por exemplo tem gente que é fera em arpueiro. Já pensou se liberar para eles esse eles quiserem, vai acabar o pirarucu do mesmo jeito, não faz sentido essa liberação.

Rubermar - A discussão é sobre o uso de malhadeira devido este apetrecho causar muitos danos, ainda mais se for feito dentro de um lago pequeno.

Quem é o atravessador que está incentivando a pesca do pirarucu?

Adamor – ele vende por lá mesmo nas comunidades, vende sua caça e peixe no Madeira.

Manoel - Tem o mercado porque se tiver mercado tem comércio.

Armendes - Antes ninguém contava o peixe na boiada, era um lago do pirarucu. Tem no matupá o pessoal deixou de cortar seringa e lá virou lugar de reprodução. Depois quando vimos já estavam invadindo lá.

Raimundo – fico com a proposta do apetrecho com o anzol e *arpão*.

Manoel – tem a questão do *camori* que o pescador coloca muitos.

Cobra, Digeca, Miguel terçado (predadores de pirarucu) quando pegos devem ser punidos e a família não deve se meter.

Deixa o cara que não faz isso quieto.

Conseguiram trabalho para ele, arranjaram um emprego, mas aí que ele continuou a pescar.

Pesca geral

A venda de pescado para realizar tratamento de saúde de algum membro da família. No caso de indígenas sr. Adamor falou que não é necessário devido a T.I recebe auxílio da CASAI.

Rubermar – vejo que foi criado com o apoio da maioria que está na reunião. Tem que haver a assinatura dos conselheiros até para validar a autonomia do conselho, caso contrário qualquer um pode pegar uma autorização. Avaliar cada caso para saber se há fraude ou não há caso de doença que justifique. Tem como evitar a batção com malhadeira pequena, tem como buscar evitar a pessoa colocar a rede na boca do igarapé e sair com o rabeta na direção dos peixes ficam preso na malhadeira. Quem faz batção prejudica os pescadores artesanais que ficam em desvantagens.

Acordo para caça

Marcone aldeia -Ver uma forma de manejar os **quelônios**, nós retiramos muito os ovos. Retiram das praias e não deixam nada.

Clissiomar - Com o aumento dos interessados é possível fazer o projeto de manejo, o processo é simples e se utiliza areia de praia lavada para fazer a chocadeira para chocar os ovos. Inicialmente precisamos de 10 covas (30 a 28 ovos/cova).

O caminho para sensibilizar os pescadores pode iniciar com o trabalho com os quelônios. Esse projeto pode fazer as pessoas enxergarem que pode dar certo.

Raimundo – tem possibilidade de o camarada fazer criação de pirarucu e quelônio individual para gerar renda para ele?

Victor – do bicho de casco, já está sendo estudado para a comercialização do quelônio no Purus. Agora a venda individual do quelônio, pirarucu e tambaqui só com a aquisição dos alevinos.

Se conseguir os alevinos é possível.

Rubermar – experiência do Marmelos, a visão individual não pode porque a lei vê como abate. O que é proposto é que pegue uma região do rio e trabalhe por área de forma coletiva. Assim você não passa pelo rigor da lei como licenciamento, fiscalização etc. por meio do manejo comunitário a burocracia diminui. Para criar individualmente e em cativeiro não há muita possibilidade por causa da lei.

Coletivamente a comunidade recebe apoio do técnico por meio de 03 oficina para aprender a fazer o manejo. Com o pé de pincha demora em torno de um ano para implantar o projeto com quelônios. Mas não é obrigado, participa quem quiser na comunidade ou entre comunidades. Tomar cuidado para não aumentar muito a população e causar um desequilíbrio ecológico.

Acordo de atividade agroextrativistas - Agricultura

Rubermar – consciência sobre o uso de fogo nas áreas de castanhais, cultivar castanha, evitar fazer roça nos castanhais. Se isso acontecer tem que conscientizar as pessoas pois o castanhal é importante e uma fonte de renda.

Raimundo – faz uso do fogo controlado na área dos castanhais, aprendeu com seu pai que fazer fumaça afugenta os insetos que não deixam frutificar a castanha. Além disso, cria animais como o porco que ficam no castanhal.

Moreira e Santo Antonio pegou fogo e destruiu o castanhal. Os animais podem pisotear e danificar a raiz da castanheira.

Adamor – controle do fogo nos castanhais para que não se estenda sobre outras áreas. Minha avó tocava fogo mês de agosto, ela fazia aceiro e tacava fogo e lá plantava tudo, cará, mandioca...

Rubermar – é um costume dos indígenas isso vem dos ancestrais, que no período que aquela folha que fica lá pode causar danos no desenvolvimento da planta. Mas tem que ter o controle do fogo e limpar base da castanheira para o fogo não pegar na árvore. Assim que cuidamos e evitamos animais peçonhentos.

Na questão de áreas que já tem pasto isso é mais fácil de controlar, mas nas áreas onde é floresta é diferente com a floresta tradicional de usufruto da comunidade.

Uso do fogo nas bases das castanheiras é mais para proteger de cobras.

Só será permitida a abertura de roças em áreas de várzeas para as comunidades de Jutai e São Raimundo.

Valdadino - Na várzea temos que tomar cuidado em fazer o aceiro não só sobre a terra, é preciso ciscar e cortar as raízes. Temos que ficar atentos e acompanhar o fogo para não se alastrar.

Cuidado com aberturas de roças próximo ao rio, pode prejudicar a nascente do rio.

Abertura de roça em áreas de capoeiras em área de mata virgem, em nossa comunidade acho que nunca teve uma roça de tamanho maior que dois hectares.

Esses dois hectares de roça, ela é por família ou por comunidade? Exemplo se existem 10 famílias cada uma tem direito de 2 hectare.

Acordos de gestão para a criação de gado

Raimundo – é uma fonte renda da minha família, mas se eu deixar de criar serei outro a mais que vou pedir

Plano de ação RESEX do Lago do Capanã Grande (05/12/2019)

Temas	Ações equipe Evaldin	Equipe Manoel	Ação sistematizada
Pesca e caça	Monitoramento e fiscalização principalmente em época de reprodução; Monitorar e Fiscalizar a caça de animais silvestres; Respeitar a lei; Sensibilização importância do monitoramento do pirarucu.	Mais fiscalização; Palestras nas comunidades.	<ul style="list-style-type: none"> • Monitoramento da pesca e caça para moradores; • Realizar palestra de sensibilização sobre pesca e caça; • Realizar atividade sobre a importância do manejo do pirarucu e quelônios.
Extrativismo	Levantamento dos produtos por família (castanha-acaí-seringa).	Técnico em extrativismo.	<ul style="list-style-type: none"> • Acompanhamento técnico para orientação nas atividades extrativistas; • Realizar o levantamento dos principais produtos;
Madeira	Monitorar a saída de madeira; Monitorar a retirada da madeira por comunidade; Aproveitar a madeira.	Controle.	<ul style="list-style-type: none"> • Monitorar a retirada e uso da madeira por comunidade; • Incentivar o melhor uso da madeira; • Realizar curso técnico de aproveitamento da madeira; •
Recreio /Comércio	Participação do dono do recreio nas reuniões do conselho; Fazer registros das ações ilícitas.	Respeito mútuo; Preservação do meio ambiente; Panfletos de revitalização.	<ul style="list-style-type: none"> • Distribuir panfletos de orientação do plano de uso e educação ambiental; • Convidar proprietário das embarcações ou recreio para a reunião do conselho; • Fazer registros de ações ilícitas no lago do Capanã;
Saúde	Acompanhar os ACS nas palestras e ver as necessidades	Mais ambulância Equipe multidisciplinar de área não indígena	<ul style="list-style-type: none"> • Demandar mais ambulância para as comunidades do lago;

		Técnico na área indígena Sistema básico	<ul style="list-style-type: none"> • Demandar equipe multidisciplinar de saúde para as comunidades da RESEX; • Demandar técnicos para área indígena. • Acompanhar os ACS nas palestras em cada comunidade; • Demandar saneamento básico para todas as comunidades.
Educação	Monitorar os professores e ver as necessidade das escolas	Construção de escola Mais professores Transporte escolar	<ul style="list-style-type: none"> • Construção e reforma de escolas; • Mais professores; • Mais transporte escolar de qualidade e valorizar os transportadores; • Monitorar os professores; • Ver a necessidade das escolas;
Esporte e lazer	Envolver na organização das festas comunitárias da reserva	Duas quadras esportiva Centro social nas comunidades	<ul style="list-style-type: none"> • Construção de duas quadras poliesportiva; • Construção de centro social; • Envolver os conselheiros na festa da RESEX.

Anexo I. Imagens da reunião do Conselho Gestor da Unidade de Conservação Federal RESEX Lago do Capanã Grande.



Primeiro dia de reunião Conselho Gestor no auditório do CRAS.



Apresentação da pauta pelo gestor da UC.



Apresentação do Vitor da CONAB e IDAM



Apresentação dos acordos elaborados pelos conselheiros, discutidos em plenaria